

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO PARÁ – SESCOOP/PA.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO No 004/2023
PROCESSO LICITATÓRIO No 004/2023**

VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.817.702/0001-50, estabelecida na Rua Rosulino Ferreira Guimarães, 839, Centro, cidade de Rio Verde/GO, vem a presença dessa Estima Banca de Licitação, em face da decisão exarada pelo pregoeiro, que inabilitou-a do processo licitatório, que no prazo legal, na forma do Art. 109, 3º, da Lei 8.666/93, bem como, os dispositivos da Lei 10.520/2002, apresentar :

RECURSO, o fazendo pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE

O prazo para interpor recursos contra atos da comissão de licitação é de 2 (dois) dias¹. Portanto o presente recurso é plenamente tempestiva.

II. DO BREVE RELATO

Na data de 11/10/2023 às 08:30 horas, houve a abertura do processo licitatório, momento em que a RECORRENTE ficou em 1º lugar mediante sorteio do Lote 01. No dia 25/10/2023 foi reaberta a sessão, na qual a pregoeira INABILITOU a RECORRENTE sob alegação de que após teste de aceitabilidade do cartão foi constatado que no município de Santarém, dos estabelecimentos verificados, apenas dois aceitavam e ainda com incidência de falha.

Alegou ainda a pregoeira que o representante da RECORRENTE tentou contato pessoal, mensagem escrita e de áudio, o que não é prática em nenhum de nossos processos licitatórios, o que não seria prática nos processos licitatórios do órgão.

¹8.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado, imediata e motivadamente e, por meio do sistema eletrônico, no prazo de até 01 (uma) hora corrida após a declaração do vencedor, quando lhe será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

Por este motivo a RECORRENTE intencionou a interposição de recurso, visto tamanha injustiça que ali sobreveio.

Desso modo, passemos a contrapor a decisão exarada, pois claramente está eivada de **INJUSTIÇA**:

III. DA REALIDADE E DO DIREITO

III.1 DO TESTE DE ACEITABILIDADE DO CARTÃO

Senhores (as), em que pese o processo licitatório de alguns órgãos terem algumas particularidades, claro, desde que não inflija a boa-fé ou se contraponha ao ordenamento jurídico. Deve-se levar em consideração que algumas divergências de informações ou mal-entendidos que possam prejudicar algumas das licitantes, possam ser sanados de maneira simples.

Não é admissível que se dê mais importância a forma, do que ao resultado, práticas como essa são caracterizadas como excesso de formalismo.

O contato que foi tentado pelo representante da Vólus era no sentido que os testes de aceitabilidade deveriam ser realizados com a referências da **BANDEIRA ELO**, pois a RECORRENTE está participando desse certame com um cartão bandeirado **ELO**.

É impossível que o argumento exarado abaixo, tenha sido em relação a aceitabilidade da bandeira **ELO**, senão vejamos:

“Licitantes, a comissão de licitação realizou diligência dentro da rede mínima credenciada constante do edital, importando na verificação do não cumprimento integral de exigência de cobertura com relação ao lote 1. Além disso, o representante da empresa tentou contato pessoal, mensagem escrita e de áudio, o que não é prática em nenhum de nossos processos licitatórios. É importante que se diga que o fim desta licitação é a contratação a melhor rede de cobertura para atendimento dos funcionários, de nada valendo contratar uma rede que, conforme diligência apresenta instabilidade e ausência de rede efetiva de cobertura. **Frise-se que no município de Santarém, dos estabelecimentos verificados, apenas dois aceitaram e ainda com incidência de falha.** Assim, inabilitamos a empresa VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, por não cumprimento integral das exigências do edital.”

Ilustres , a bandeira **ELO** é utilizada por bancos nacionais e internacionais , cito: Bradesco,Caixa, dentre outros.

Frisamos, é impossível que com a bandeira ELO no município de Santarém, dos estabelecimentos verificados, apenas dois aceitaram e ainda com incidência de falha.

O que pode ter ocorrido é que no momento da consulta presencial a rede credenciada foi indagado aos comerciantes sobre a aceitabilidade da bandeira **VÓLUS**.

Conforme já demonstrado no processo licitatório somos emissores da bandeira **ELO** . Ou seja, na prática operamos com duas bandeiras , a **BANDEIRA VOLUS** e a **BANDEIRA ELO**.

E neste processo licitatório ofertamos somente o **CARTÃO ALIMENTAÇÃO BANDEIRA ELO** . Por este motivo a rede credenciada apresentada bem como o material de divulgação faz referência a bandeira **ELO**.

Neste sentido, o teste de aceitabilidade realizado por esta comissão de licitação deve fazer referência tão somente sobre a aceitabilidade da bandeira ELO. Se assim fosse feito, jamais chegaria-se a esta conclusão: “**Frise-se que no município de Santarém, dos estabelecimentos verificados, apenas dois aceitaram e ainda com incidência de falha.**”

Ademais, ressaltamos ainda que todo comércio do segmento alimentação que essa comissão de licitação consultar de modo aleatório vai confirmar a alta aceitabilidade da bandeira ELO.

III.2 DO EXCESSO DE FORMALISMO - EXIGÊNCIA DE DOCUMENTO INÓCUO

Ora senhores (as), se cada banca de licitação dar interpretação diferente daquela constante do instrumento convocatório , viveremos em um clima de insegurança jurídica, uma vez que, por motivos meramente formalistas, a **RECORRENTE** teve seus direitos cerceados.

Foi o que ocorreu neste presente certame, veja que no edital a regra é clara quanto a apresentação de inscrição municipal ou estadual. Se a **RECORRENTE** apresentou a inscrição municipal a exigência da inscrição estadual como fator principal fator de inabilitação , é caracterizado **FORMALISMO EXACERBADO**.

A empresa **RECORRENTE** seguiu à risca os ditames editalícios , não podendo o órgão dar interpretação extensiva a fim de prejudicar o direito da mesma. Por certo, houve

cumprimento do item por parte da **RECORRENTE** no momento que apresentou a **INSCRIÇÃO MUNICIPAL**

Ficando assim constatado o formalismo prejudicial perpetuado por este órgão, o que é veementemente repudiado pelo entendimento jurisprudencial:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO (DE OFÍCIO). MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2015. CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE SERRO/MG. FASE DE HABILITAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO FALTANTE. TROCA DE ENVELOPES PELA EMPRESA LICITANTE. VÍCIO FORMAL. INABILITAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. - Na busca da preservação do interesse público no procedimento licitatório, o descumprimento a qualquer exigência formal, certas vezes, por sua irrelevância, deve ser temperado pelo princípio da razoabilidade e bom senso. - Segurança concedida a fim de que a impetrante tenha seus documentos referentes à habilitação integralmente analisados, relevando-se o equívoco ao trocar o conteúdo dos envelopes destinados à habilitação e à proposta. - Vislumbra-se ofensa ao direito líquido e certo à permanência na concorrência pública nº 009/2015, pois, do ponto de vista material, não se pode falar que a impetrante não atendeu aos requisitos da fase de habilitação, vez que seus documentos sequer foram apreciados pela Comissão Permanente de Licitação. - Inexistência de má-fé e de quebra ao princípio da isonomia de tratamento aos licitantes, posto que inalterável a proposta da impetrante, o mesmo sucedendo em relação às ofertadas pelos demais licitantes. - É do interesse da própria Administração a participação do maior número possível de licitantes, devendo-se afastar rigorismos inúteis. - Sentença confirmada no reexame necessário. Recurso prejudicado.

(TJ-MG - AC: 10671150012910001 MG, Relator: Heloisa Combat, Data de Julgamento: 08/09/2016, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/09/2016)

Outrossim, deixando claro a falta de exigência editalícia quanto a procuração constar dentro do envelope de habilitação, ainda que consta-se tal exigência, não era motivo para desclassificação da RECORRENTE, pois seria um erro facilmente sanado pelo pregoeiro.

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das

propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Convictos do senso de justiça dessa estima banca de licitação, passamos agora a formulação dos pedidos.

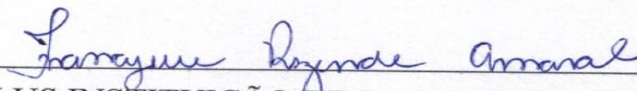
IV. DO PEDIDO

Ante as razões expostas, requer que o presente recurso seja recebido em seu efeito **SUSPENSIVO**, a fim de:

- a) Que esta estimada Comissão de licitação **RECONSIDERE** a decisão que inabilitou a **RECORRENTE**, realizando novo teste aceitabilidade com as informações contida nessa peça recursal. **Se possível com a presença do representante da RECORRENTE.**
- b) Em consequência, declare a **RECORRENTE VENCEDORA** , uma vez que foi a vencedora sorteada em primeiro lugar.
- c) Não sendo conhecido o recurso, que seja encaminhado o presente recurso para **AUTORIDADE COMPETENTE..**

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Belém/PA ,01 de novembro de 2023.


VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA
Francielle Rezende Amaral
RG nº 5084031 SPTC/GO
CPF nº 021.577.591-07